

Povos Indígenas no Brasil

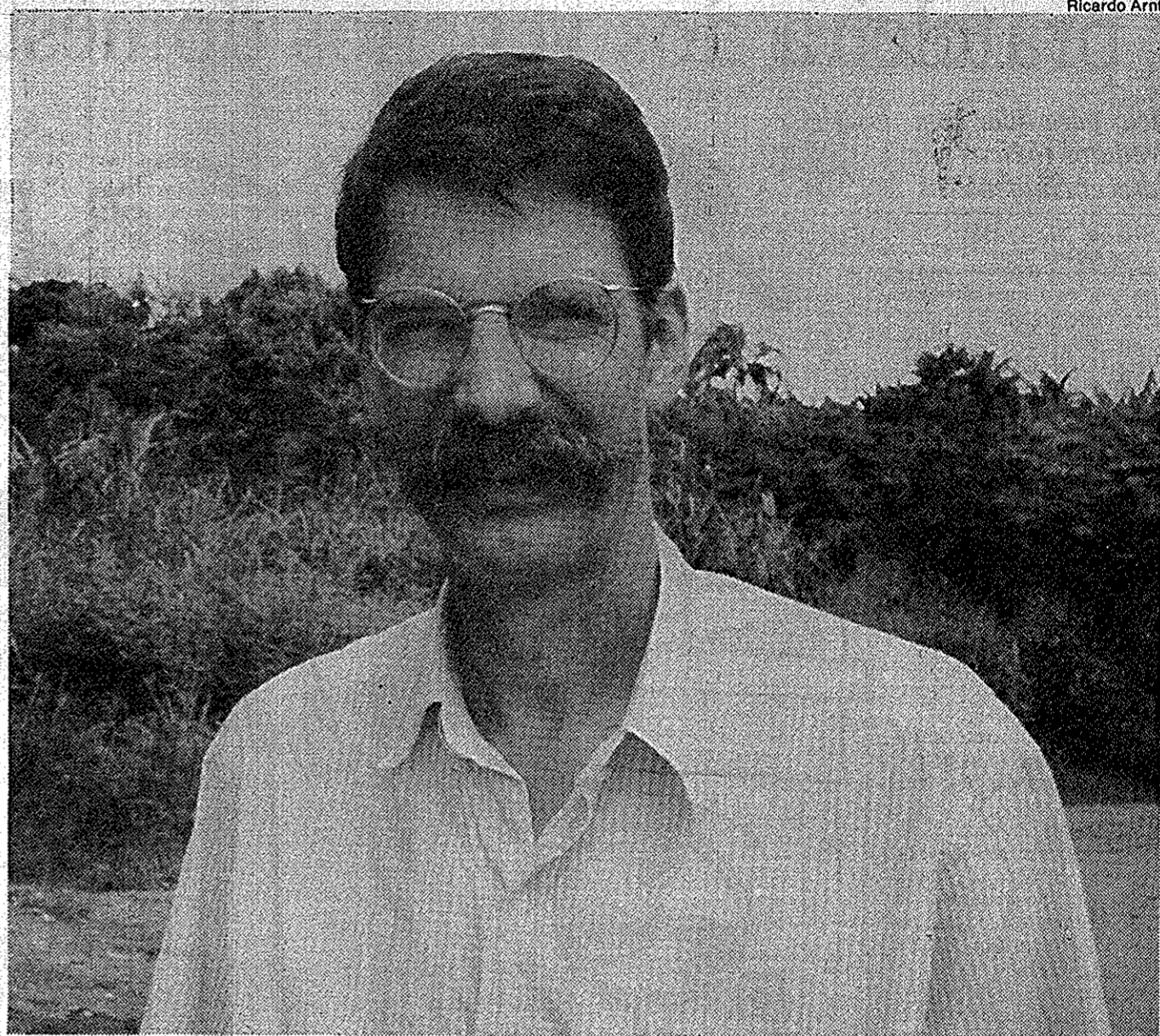
Fonte Journal do Brasil Class.: 132
 Data 12/08/91 Pg.: 3 - Ecologia

ENTREVISTA/Philip Fearnside

“DESMATAMENTO SÓ DIMINUIU POR CAUSA DA CRISE”

● Há mais de 10 anos vivendo na Amazônia, o ecólogo norte-americano Philip Fearnside, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), em Manaus, conseguiu ao longo dos anos uma sólida reputação na comunidade científica internacional. Alto como um jogador de basquete, Fearnside embrenhou-se nas matas amazônicas para trabalhos de campo e produziu pesquisas que fizeram dele um dos maiores especialistas em problemas da floresta tropical. O reconhecimento maior

ocorreu no ano passado, quando ganhou o prêmio Global 500 da Organização das Nações Unidas (ONU), o mesmo concedido ao seringueiro e ecologista Chico Mendes, em 1986. “O Brasil deveria proteger suas florestas por 20, 30 anos, para vendê-las a preços bem superiores aos de hoje”, defende Fearnside. O pesquisador reconhece a diminuição no ritmo dos desmatamentos e queimadas na Amazônia desde 1987, mas acha que isso ocorreu devido à crise econômica brasileira e não à ação repressiva do Ibama.



Ricardo Arnt

Ronaldo Brasiliense

As queimadas e desmatamentos estão de fato diminuindo na Amazônia nos últimos anos?

— Desde 1987, a taxa de desmatamento está diminuindo, mas não pelas razões que o governo vem apresentando. Não é a repressão do Ibama, com helicópteros e multas, que está funcionando e nem é porque foram suspensos os incentivos fiscais para as grandes fazendas. Os desmatamentos estão diminuindo principalmente por causa da crise econômica que o Brasil enfrenta. Ninguém tem mais dinheiro hoje para investir em fazendas.

— Quer dizer que, se a crise econômica acabar, os desmatamentos e queimadas voltarão ao ritmo de 87?

— Todo mundo espera que um dia a economia brasileira se recupere e, quando isso acontecer, vai voltar a pressão para os desmatamentos. A não ser que o governo adote medidas para eliminar os motivos que levam aos desmatamentos, como tirar os lucros da especulação imobiliária, pois os fazendeiros desmatam para evitar que posseiros e grileiros invadam suas terras.

— A inexistência de uma reforma agrária não acaba propiciando esses desmatamentos acelerados?

— Tem que se mudar o sistema de posse da terra, que hoje ainda considera desmatamento como benfeitoria para efeito de titulação. Isso tem que mudar para evitar que os desmatamentos aumentem novamente.

— Os projetos agropecuários incentivados pelo governo foram responsáveis pela maioria dos desmatamentos na Amazônia?

— Os incentivos têm sido uma causa de desmatamento, mas em grau muito menor do que o governo apresenta hoje. Mesmo no auge dos incentivos, em 1979, o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) fez um estudo ao longo da Belém-Brasília (Br-010), no Pará, área onde havia o maior número de fazendas com incentivos da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). Apenas a metade tinha algum incentivo; a outra metade dos desmatamentos foi feita em fazendas sem qualquer incentivo. Então, mesmo sem eles, continua sendo lucrativo desmatar simplesmente por causa da valorização da terra. O corte de incentivos não resolve o problema do desmatamento, embora seja importante que, de fato, sejam cortados. E isso não aconteceu.

A floresta poderia ser vendida por muito mais no futuro

— De que forma os incentivos persistem no governo Fernando Collor?

— O presidente Collor foi aos Estados Unidos, deu palestra na frente da Casa Branca dizendo que tinha cortado os incentivos, e vieram os amigos ambientalistas, senadores, etc... com xerox do Diário Oficial mostrando que ele havia restabelecido. Na volta ao Brasil, o presidente pediu aos seus ministros que cortassem os incentivos. Também é bom dizer que na declaração do imposto de renda desse ano, para pessoas jurídicas, ainda consta os incentivos para Sudam, Grande Carajás, etc... Apesar de toda a propaganda, ainda estão lá.

— Até que ponto os projetos de colonização dos governos militares contribuíram para os desmatamentos na Amazônia?

R — Em Rondônia, o grande impulso dos desmatamentos foi a construção da rodovia 364 (Cuiabá-Porto Velho)

financiada pelo Banco Mundial com o projeto Polonoroeste. Houve uma grande migração de pessoas do sul do Brasil, incentivadas pelo governo, que foram plantar culturas mecanizadas principalmente. O desmatamento ocorreu em Rondônia num ritmo maior do que a explosão demográfica. Entre o censo de 70 e as estimativas feitas em 78, o aumento populacional era de 14% ao ano — o estágio de desenvolvimento mais rápido do mundo.

— As usinas siderúrgicas implantadas na área do Programa Grande Carajás também não contribuíram para a devastação das florestas do sul do Pará e sudoeste do Maranhão?

— Sim. Essas siderúrgicas são uma grande ameaça para as florestas daquela região principalmente porque não têm limites: eles vão cortando a floresta em volta até acabar. Enquanto tiver floresta nativa lá, de graça, para cortar, sempre será mais barato cortar a floresta para fazer carvão do que plantar eucalipto e pagar todos os seus custos.

— A conversão de parte da dívida externa brasileira em projetos ambientais pode ajudar na salvação das florestas tropicais amazônicas?

— É uma oportunidade para financiar projetos que não teriam prioridade no orçamento da União — principalmente os de pesquisas e demarcação de reservas —, que estão atrasados. Mesmo que a quantidade de dinheiro seja muito pequena em relação à dívida externa brasileira, já seria um grande aumento. Mas que a conversão seja para projetos ligados ao meio ambiente, realmente. Que não seja para financiar Tucuruí II, que aumentará a capacidade da hidrelétrica mas terá impactos ambientais, pois implicará na construção de outras hidrelétricas acima de Tucuruí para regular o fluxo do rio Tocantins, o que abriria um precedente muito perigoso.

— O Brasil não deve fazer o aproveitamento racional da floresta tropical?

— Existem maneiras de manejar a floresta. O problema é a forma de se fazer os cálculos econômicos, que sempre acabam indo contra o manejo sustentado. Tem que começar com a biologia das árvores da floresta para saber quanto se pode produzir e depois saber como vender aquilo. Senão, se começa dizendo que a floresta tem que produzir x% ao ano para ser competitiva com o over ou com fábricas em Cubatão. O resto da economia não tem nada a ver com a biologia das árvores, mas o fato é que quando se faz os cálculos sobre qualquer projeto proposto compara-se o que pode produzir o manejo da floresta com outros investimentos alternativos.

— O que o senhor sugere, então?

— Mesmo sem falar em manejo sustentado, o Brasil é muito besta em vender a madeira da Amazônia hoje a preço de banana, quando poderia simplesmente guardar a floresta em pé e vender a várias vezes o preço de hoje daqui a 20, 30 anos. Porque as florestas dos outros países, como a Indonésia, estão acabando. A África já quase acabou em termos de madeira comercial. O que resta é a Amazônia. A situação é parecida com a dos árabes em 1973: vendiam petróleo a dois dólares por barril. Hoje, quem lidera o mercado mundial de madeiras é a Ásia, mas isso vai acabar.

— Uma termelétrica movida com o gás do rio Urucu teria grande influência no efeito estufa?

— Emitiria CO2. Só que as hidrelétricas da Amazônia têm um grande impacto sobre o efeito estufa. Não é uma energia limpa como diz a Eletrobrás. No caso de Balbina, a quantidade de madeira que foi inundada é equivalente à quantidade de energia

que Balbina produz por mais de 200 anos. A biomassa de madeira do reservatório vai acabar no ar. Mas se a energia de Balbina fosse gerada por termelétrica, poderia sobreviver por 200 anos só com a madeira inundada. Nos lagos das hidrelétricas, há o gás metano. Balbina é recordista nisso. O metano é muito mais potente em provocar o efeito estufa que o próprio CO2. O apodrecimento da madeira produz o gás metano.

— Está comprovada a existência de grandes quantidades de gás metano emanadas da floresta amazônica?

— Quando a Nasa veio aqui em 1987, identificou que a Amazônia é uma das principais fontes de gás metano do mundo, principalmente na várzea. O Inpa tem estudos medindo o metano saindo da várzea num trabalho com o Instituto Marck Planc da Amazônia, que mostra a produção de metano nos lagos das várzeas. Se forem construídas todas as hidrelétricas previstas para a Amazônia, haverá duplicação da emissão de metano — com a inundação, pelos reservatórios, de 100 mil quilômetros quadrados, segundo o Plano 2.010 da Eletrobrás, que é a mesma área da várzea amazônica.

— Mas a principal causa do efeito estufa não é o CO2? Inclusive, o próprio entendimento científico sobre isso mudou na última década. Há cinco, 10 anos, falava-se de CO2 e efeito estufa quase como sinônimos. Hoje, sabe-se que mais de 50% do efeito estufa são outros gases — metano, CFC, compostos do nitrogênio e do oxigênio que saem dos escapamentos dos automóveis e das queimadas.

Hidrelétricas da Amazônia têm grande impacto sobre efeito estufa